



ORIENTE MÉDIO/ A nova ofensiva do Exército israelense contra o território palestino ocorreu um dia após a confirmação de que os três corpos entregues pelo Hamas, na última sexta-feira, não pertenciam a nenhum dos reféns

ISRAEL VOLTA A BOMBARDEAR GAZA

Apesar do acordo de cessar-fogo assinado no início do mês de outubro entre Israel e grupo extremista Hamas, ontem, o Exército israelense voltou a bombardear a Faixa de Gaza, intensificando as tensões no território palestino. A ofensiva ocorreu um dia após as forças israelenses confirmarem que os três corpos entregues pelo grupo na última sexta-feira não pertencem a nenhum dos reféns capturados durante o ataque de 7 de outubro de 2023.

De acordo com uma fonte ligada ao movimento islâmico palestino, os bombardeios e disparos foram ouvidos principalmente nas imediações de Khan Yunis, no sul de Gaza. “Ontem à noite escutei disparos das forças de ocupação várias vezes. Não temos comida nem água para beber ou para nos lavar. A situação é crítica. O cessar-fogo começou, mas a guerra não acabou”, relatou Hisham al-Bardai, de 37 anos, à Agência France-Presse.

O cessar-fogo, mediado pelos Estados Unidos, entrou em vigor desde 10 de outubro, e previa o fim dos ataques e a devolução de todos os reféns — vivos e mortos — em troca da libertação de centenas palestinos. No

entanto, desde então, Israel já lançou três bombardeios de grande escala e acusa o Hamas de violar o acordo. Segundo fontes palestinas, os ataques aéreos de 19 de outubro deixaram ao menos 45 mortos, enquanto os bombardeios da última terça-feira resultaram em 104 vítimas.

O Hamas já havia libertado os últimos 20 reféns vivos em 13 de outubro e começou, em seguida, a devolver os corpos dos falecidos. Até o momento, o movimento islâmico entregou os restos mortais de 17 dos 28 reféns falecidos previstos no acordo. Dez corpos continuam retidos em Gaza, além do de um soldado israelense morto em 2014.

Ontem, um laboratório forense israelense confirmou que os três corpos entregues no dia anterior, por meio da Cruz Vermelha, não pertenciam a nenhum dos reféns sequestrados. Segundo uma porta-voz do Exército, as análises comprovaram a não correspondência genética.

Em comunicado, as Brigadas Ezzeddin al-Qassam, braço armado do Hamas, afirmaram ter “proposto entregar [a Israel] três amostras de um certo número de restos mortais não identificados”, acrescentando que “o inimigo decidiu aceitar as amostras

AFP



Desde o cessar-fogo, Israel já lançou dois bombardeios massivos contra o território palestino

e os padrões dos corpos para examiná-los.”

Crise humanitária

Apesar da trégua desde a assinatura do cessar-fogo, a população civil

palestina continua sofrendo as consequências diretas da guerra. “A vida não tem sentido”, desabafou Sumaya Dalul, de 27 anos, moradora de Gaza. “Não temos dinheiro, trabalho, comida, água, eletricidade ou internet.” A situação em Gaza continua

crítica, com falta de alimentos, água potável, energia e acesso à internet. O acordo de cessar-fogo também previa a criação de uma força internacional de estabilização composta por países árabes e muçulmanos, encarregada de su-

pervisionar a retirada israelense e auxiliar na reestruturação da segurança local.

Na sexta-feira, o diretor-geral do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) denunciou, o aumento da violência contra trabalhadores humanitários, especialmente em Gaza e no Sudão (leia mais abaixo), onde cinco voluntários do Crescente Vermelho foram assassinados na última semana. O responsável do CICV assegurou ainda que as visitas a detidos palestinos não representam perigo, após Israel tê-las proibido na quarta-feira.

Ontem, o Comando Militar dos Estados Unidos para o Oriente Médio (Centcom) informou que o Centro de Coordenação Militar-Civil (CMCC), responsável por monitorar o cessar-fogo, “observou suspeitos de serem agentes do Hamas saqueando um caminhão de ajuda humanitária” destinado ao norte de Khan Yunis. Enquanto isso, a Turquia prepara uma reunião de ministros das Relações Exteriores de países muçulmanos, marcada para amanhã, em Istambul. O encontro tem o intuito de reforçar e ampliar o plano norte-americano de estabilização de Gaza.

ÁFRICA

Execuções e violência persistem no Sudão

Grupos paramilitares que tomaram a cidade sudanesa de El Fasher, em Darfur, continuam massacrando a população dentro e nos arredores da região. A nova onda de violência foi revelada por pesquisadores da Universidade de Yale, com base em imagens de satélite capturadas uma semana após a conquista da cidade pelos rebeldes.

Durante a semana, as Forças Conjuntas, uma coalizão de grupos armados aliados do Exército sudanês, acusaram grupos paramilitares pela execução de milhares de civis desarmados. O grupo paramilitar Forças de Apoio Rápido (FAR) “cometeu crimes atrozes contra civis inocentes na cidade de El Fasher, onde mais de 2.000 cidadãos desarmados foram executados e mortos nos dias 26 e 27 de outubro, a maioria mulheres, crianças e idosos”, afirma o comunicado.

O Sudão é cenário, desde abril de 2023, de uma guerra pelo poder entre o general Abdel Fatah al Burhan, comandante do Exército oficial e líder de fato do país desde o golpe de Estado de 2021, e o general Mohamed Daglo, que comanda a FAR.

Após um cerco de 18 meses, as Forças de Apoio Rápido (FAR), paramilitares que estão em guerra com o exército regular, capturaram a cidade na última semana. Com isso, expulsaram o exército de seu último reduto na vasta região oeste de Darfur, palco de um genocídio há 20 anos. Desde então, surgiram relatos de execuções sumárias, violência sexual, ataques a trabalhadores humanitários, saques e sequestros.

El Fasher ficou isolada de todas as comunicações desde sua queda, mas o Escritório de Direitos Humanos da ONU disse que teve conhecimento de atrocidades cometidas

AFP



Paramilitares comemoram mais um ataque em El Fasher

contra pessoas “aterrorizadas” que chegaram à cidade vizinha de Tawila. Sobreviventes que chegaram à cidade vizinha de Tawila, localizada 70 quilômetros a oeste, relataram que testemunharam massacres, viram crianças sendo executadas na frente de seus pais e que civis foram espancados e roubados enquanto fugiam.

“No sábado, às 6h da manhã, o

bombardeio foi muito intenso. Depois de uma hora, sete combatentes das FAR entraram em nossa casa. Levaram meu telefone, revistaram até minhas roupas íntimas e mataram meu filho de 16 anos”, relatou Hayat, mãe de cinco filhos, esta semana. “A situação em El Fasher é terrível: há corpos nas ruas e ninguém para enterrá-los”, disse Husein, um sobrevivente ferido pelos bombardeios.

Perigo iminente

Um novo relatório do Laboratório de Pesquisa Humanitária da Universidade de Yale, publicado na sexta-feira, indicou que as imagens de satélite mais recentes sugerem que a maior parte da população pode estar “morta, sequestrada ou escondida”, devido à ausência de “grandes movimentos” de civis em fuga.

Entre segunda e sexta-feira, o laboratório identificou, pelo menos, 31 locais — em bairros, um campus universitário e instalações militares — contendo o que pareciam ser corpos humanos. “Os indícios de que os massacres continuam são claramente visíveis”, afirma.

Médicos Sem Fronteiras (MSF) ecoou essas preocupações, expressando o temor de que “um grande número de pessoas” continue correndo risco de morte em El Fasher.

“O número de pessoas que chegaram a Tawila é muito baixo (...). Onde estão as pessoas desaparecidas, as que sobreviveram a meses de fome e violência em El Fasher?”, questiona Michel Olivier Lachari-

té, chefe de operações de emergência de MSF.

As Nações Unidas afirmam que cerca de 65 mil pessoas fugiram da cidade, mas dezenas de milhares permanecem presas em seu interior. Cerca de 260 mil pessoas estavam lá antes do ataque final dos paramilitares.

Interferência

Em uma conferência realizada ontem em Bahrein, o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Johann Wadephul, declarou que o Sudão enfrenta “uma situação absolutamente apocalíptica, a maior crise humanitária do mundo”.

Segundo relatos da ONU, os paramilitares receberam armas e drones dos Emirados Árabes Unidos, o que Abu Dhabi nega. Em comunicado divulgado ontem, o Ministério das Relações Exteriores dos Emirados Árabes Unidos “rejeitou categoricamente qualquer acusação de apoio, de qualquer forma, a qualquer uma das partes beligerantes” e “condenou as atrocidades perpetradas” por ambos os lados.

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

O COBIÇADO ESTREITO DE MALACA

Em torno das Ilhas Riau existe um mundo em ebulição. Institucionalizadas como uma das províncias da Indonésia, as Ilhas Riau incluem o arquipélago de mesmo nome e uma vasta extensão de ilhas — mais de duas mil — espalhadas pelo mar partilhado por diversos países. A província constitui o primeiro nível de divisão administrativa da Indonésia, e as Ilhas Riau fazem fronteira marítima com países vizinhos como Malásia, Cingapura e Brunei. As Ilhas Riau também são a parte da Indonésia mais conectada ao Golfo da Tailândia, às costas do Camboja e do Vietnã, bem como ao Mar da China Meridional e ao Mar das Filipinas Ocidental. Trata-se de um mundo de conexões marítimas com uma história antiquíssima e que hoje vive um momento de florescimento e intensa transformação.

A principal organização que busca dar coerência e cooperação nessa região, marcada por profundas diferenças políticas e

econômicas, é a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), criada em 1967 e que chegou à sua atual composição de 10 Estados-membros em 1999. Sua principal função é assegurar a estabilidade regional por meio de consultas entre os países vizinhos e da busca por decisões consensuais, de modo a fazer frente aos interesses das grandes potências que disputam influência na região.

Um tanto da história do Brasil está ligada a essa região, ainda que nem sempre tenhamos consciência disso. Nos primeiros séculos da colonização, os portugueses exerceram longo domínio sobre os mares que conectavam a África ao Oceano Índico e às costas do sudeste asiático, em rotas que levavam até Cantão (atual Guangdong, China).

Tanto por limitações de ser um país pequeno explorando territórios de dimensões continentais, quanto por estratégias

de outra natureza, Portugal revelou sua dedicação por fortalezas comerciais nas terras situadas além do Cabo da Boa Esperança, na atual África do Sul. A partir de seus nós costeiros, os portugueses transformaram a região que se estende do Oceano Índico aos mares em torno das Ilhas Riau em uma rede de domínio aquático com as características de um Estado territorial, administrado por uma vasta e complexa frota.

As conquistas portuguesas no Oceano Índico em direção ao Oriente ocorreram em rápida sucessão: Goa (1510), Malaca (1511), Colombo (1518), entre outras, até que Macau se transformou, de fato, no porto português na China, no início da década de 1560. Isso só aconteceu depois que os portugueses superaram uma série de desconfianças e disputas desde sua primeira incursão em território chinês, em Cantão (1513), abrindo caminho para o comércio pelo Mar da China. Consideradas em conjunto, essa

constelação de possessões costeiras e insulares constituía uma rede formidável e surpreendente para um país tão pequeno e longínquo. Eventualmente veio a perder espaço com a ascensão de outras potências europeias que chegaram à região no encalço dos portugueses.

Um dia, a história da conexão existente, desde os anos 1500, entre o Brasil e diversas áreas costeiras do Sul e do Sudeste Asiático, estendendo-se até a porção mais austral do Leste Asiático, deverá ser mais bem contada e explorada. Afinal, só para citar alguns aspectos, várias árvores icônicas do Brasil vieram de lá, a começar pela mangueira e pela jaqueira, além de inúmeras influências arquitetônicas e urbanísticas.

Se cada vez mais o mundo percebe a importância da região da Asean e suas conexões imediatas, a primeira grande descrição ocidental sobre a relevância da região vem do século 16, quando o explorador português Tomé Pires escreveu em sua Suma Oriental: “quem é senhor de Malaca tem a mão na garganta de Veneza. Desde Malaca até a China, da China às Molucas, das

Molucas a Java, e de Java a Malaca e Sumatra, tudo está em nosso poder”. O que Pires descreve é justamente o perímetro que se estende em torno das Ilhas Riau.

Hoje, a autoridade sobre o Estreito de Malaca — que liga os oceanos Pacífico e Índico — é compartilhada entre Singapura, Indonésia e Malásia, três membros-fundadores da Asean. Além do mais, por ser uma via de passagem internacional essencial, o direito de trânsito é regido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). Assim, embora cada um dos três países mantenha soberania sobre sua zona territorial, a passagem de navios estrangeiros é garantida sob o regime de “passagem de trânsito”. Já os grandes mercados preocupados com o Estreito de Malaca não estão mais em Veneza, mas sim na China.

A China não é membro da Asean, embora seja a principal potência interessada na região, de olho nos movimentos que EUA, Japão, Índia e mesmo a Rússia fazem por lá.

PAULO DELGADO, sociólogo
contato@paulodelgado.com.br